

O PAPEL DO PROFESSOR DO AEE E DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

The Role of Special Education Teachers and Multifunctional Resource Rooms in Achieving School Inclusion: Perspectives and Challenges

Autora- Gilvania Maria de Sena Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional. UNIS- Centro Universitário do Sul de Minas. Gilvania.souza@alunos.unis.edu.br

Coautores- Celso Augusto dos Santos Gomes

celso.gomes@professor.unis.edu.br

Coautores- Alessandro Messias Moreira

alessandro.moreira@professor.unis.edu.br

¹UNIS- CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS, Fortaleza, Ceará, E-mail: Gilvania.souza@alunos.unis.edu.br

ORCID- <https://orcid.org/0009-0004-9057-2471>

² UNIS, Varginha, MG, E-mail:, celso.gomes@professor.unis.edu.br

ORCID-: <https://orcid.org/0000-0003-4462-3296>

³INIS, Varginha, MG, E-mail:

alessandro.moreira@professor.unis.edu.br

ORCID-<https://orcid.org/0000-0001-8120-6219>

Introdução

A Educação Inclusiva no Brasil consolidou-se como um direito garantido pela legislação e por políticas públicas que buscam assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Essa modalidade abrange alunos com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e aqueles com altas habilidades ou superdotação. O paradigma inclusivo rompe com práticas excludentes ao compreender a diversidade como elemento essencial do processo educativo, demandando da escola mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais. Nesse cenário, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha papel estratégico ao oferecer suporte pedagógico e recursos de acessibilidade que possibilitam a eliminação de barreiras à aprendizagem. O AEE é desenvolvido preferencialmente no contraturno e tem como objetivo favorecer o desenvolvimento da autonomia e das potencialidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Diferentemente do reforço escolar, o AEE atua de forma complementar e articulada à sala regular. O professor da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) torna-se, portanto, figura central na efetivação da inclusão. Seu trabalho exige formação teórica, metodológica e ética consistente, de modo a garantir práticas pedagógicas que valorizem as diferenças e promovam aprendizagens significativas. A articulação entre o professor do AEE e o docente da sala comum é essencial para que a escola se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e democrático.

Fundamentação teórica

A base legal da Educação Inclusiva no Brasil está ancorada em um conjunto de políticas e normas que asseguram o direito à educação para todos. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define o AEE como um serviço complementar e não substitutivo à escolarização, voltado à eliminação de barreiras que comprometem o aprendizado. De forma convergente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reafirmam a igualdade de condições e o respeito à diversidade como fundamentos da educação. Mantoan (2003) destaca que a inclusão deve ser entendida não como uma concessão, mas como um movimento ético e social que transforma a escola em espaço de convivência, respeito e justiça. Silva (2012) chama atenção para a necessidade de alinhar as políticas de inclusão

à formação docente, apontando que muitos cursos de licenciatura ainda tratam o tema de forma superficial. Para Ferro (2017), as Salas de Recursos Multifuncionais são instrumentos fundamentais no processo de inclusão, pois proporcionam um ambiente dotado de materiais, tecnologias e práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Já Lourival Silva (2021) enfatiza que a formação continuada é decisiva para que os professores adotem metodologias inovadoras e práticas colaborativas. Assim, o conjunto de autores evidencia que a efetividade da inclusão depende não apenas da legislação, mas da ação docente qualificada e comprometida com a diversidade.

Materiais e métodos

A pesquisa, de abordagem qualitativa, adota o método descritivo e exploratório, buscando compreender como ocorre a atuação do professor do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais no processo de inclusão escolar. A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com seis professores de AEE que atuam em escolas da rede municipal de ensino. As entrevistas permitirão identificar percepções, práticas e desafios enfrentados no cotidiano do trabalho pedagógico. A análise dos dados será conduzida com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), permitindo o agrupamento das falas em categorias temáticas relacionadas à formação docente, recursos pedagógicos, articulação com a sala regular e percepção de inclusão dos estudantes.

Resultados esperados

Espera-se que a pesquisa revele como o trabalho do professor do AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais contribui para o processo de inclusão, evidenciando tanto avanços quanto dificuldades. Os resultados deverão apontar a necessidade de:

- fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores;
- maior articulação entre o AEE e as práticas da sala de aula regular;
- ampliação do uso de tecnologias assistivas e recursos pedagógicos diversificados;
- implementação de políticas públicas que assegurem suporte institucional permanente.

Acredita-se que o estudo contribuirá para a reflexão sobre as práticas pedagógicas inclusivas e

servirá de subsídio para o aperfeiçoamento das ações formativas voltadas à Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Conclusão

A consolidação de uma escola inclusiva exige que o AEE seja reconhecido como espaço de mediação e não de reforço escolar. O papel do professor da SRM é decisivo nesse processo, pois é ele quem planeja, adapta e organiza recursos que possibilitam o acesso e a aprendizagem de todos os alunos. Contudo, a efetividade das políticas inclusivas ainda depende de fatores estruturais e formativos. Investimentos contínuos em formação docente, planejamento colaborativo e apoio institucional são indispensáveis para que a inclusão se concretize como prática pedagógica e não apenas como princípio legal. Conclui-se que o trabalho conjunto entre o professor do AEE e o docente da sala regular é essencial para a construção de uma escola democrática, capaz de reconhecer a diversidade como riqueza e promover a cidadania de todos os estudantes.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2016.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

FERRO, Marcos Batinga. Formação docente na perspectiva da inclusão educacional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

]

SILVA, Lourival. Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. *Revista Educação e Contemporaneidade*, v. 30, n. 58, 2021.

SILVA, Paulo Roberto de Jesus. *Política de formação de professores e inclusão escolar*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.